



Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dullio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Riacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO N° 004/94

SÚMULA: Referenda o Decreto Legislativo n° 003/94 de 06 de julho de 1994.

DATA: 09 de agosto de 1994.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica referendado o Decreto Legislativo n° 003/94, de 06 de julho de 1994, publicado no Diário Oficial do Estado n° 4.303, de 12 de julho de 1994, que ratificou o Decreto Legislativo n° 006/91, de 09 de outubro de 1991, que autoriza o afastamento do Chefe do Poder Executivo aos Países que, com o Brasil, integram o MERCOSUL, no sentido de que o nome do ex-Governador Roberto Requião seja substituído pelo Governador Mário Pereira.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.08.94

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1994
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Dalton Machuca.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Cezar Silvestri, Alga-ci Túlio, Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Severino Félix e Toti Colaço (33). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Domingos Carvalho, Elio Rusch, Heinz Herwig, João Preis, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Servo, Plauto Miró Gui-

Curitiba, quarta, em 17.08.94

marães, Renato Adur e Rossoni (20). Achando-se em licença a Sra. Deputada Emilia Belinati.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada dos Srs. Deputados).

Vinte e três Srs. Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 177 do Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Resolução n° 001/92, de autoria dos Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 17.08.94

(a) SEVERINO FÉLIX

REQUERIMENTO N° 2002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto de Resolução n° 011/94, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 17.08.94

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 214/94, Mensagem Governamental n° 050/94, de autoria do Poder Executivo, item 05 (cinco), constante na Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 17.08.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 277/94, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná, item 17 (dezessete), da Ordem do Dia de hoje por 03 (três) sessões.

Sala das Sessões, em 17.08.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, votação em bloco para as Proposições de Veto n°s 078/93, aposto ao Projeto de Lei n° 244/93; 047/94, aposto ao Projeto de Lei n° 218/92; 048/94, aposto ao Projeto de Lei n° 057/94 e 052/94, aposto ao Projeto de Lei n° 341/93, itens 1, 2, 3 e 4, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 17.08.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Eugênia Lemes, ocorrido dia 16 de julho, em Ponta Grossa.

Pessoa de muitas amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Francisco Beltrão, 166, Vila Bonsucesso, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.08.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1998

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Sandir Hermes Curtes, ocorrido dia 16 de julho, em Ponta Grossa.

O Senhor Sandir, era professor, e com sua morte deixará amigos, parentes e aqueles que um dia foram seus alunos, enlutados e com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua João XXIII - 220, Jardim Florença, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1999

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Senhora Alice Bello ocorrido dia 16 de julho em Ponta Grossa.

A Senhora Alice com seu passamento, causará saudades a todos aqueles que um dia conviveram com sua pessoa, principalmente os amigos e parentes.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Avenida Bonifácio Vilela, 317 - em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 298/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais, Amigos, Deficientes Visuais ou Deficientes Auditivos, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 17.08.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Amigos, Deficientes Visuais ou Deficientes Auditivos, com sede no Município de Cornélio Procopio, inscrita no C.G.C. n° 81.881.146/0001-95, com registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Cornélio Procopio, é uma entidade de direito privado, filantrópica, de assistência social, técnico-administrativa, com duração indeterminada, sem fins lucrati-

vos.

De acordo com o artigo 12 é vedada a distribuição de bonificações ou qualquer vantagens aos dirigentes, sob denominação alguma.

PROJETO DE LEI N° 300/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogada a alínea "a" do artigo 4° da Lei n° 10.704, de 10 de janeiro de 1994.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.94.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Lei n° 10.704, de 10 de janeiro do corrente ano, criou, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão, com a denominação de Suplente de Delegado e simbologia 9-C, os quais estão sendo providos na forma do disposto no parágrafo único, do artigo 1° da Lei n° 7.880, de 20 de junho de 1984.

Entretanto, essa mesma Lei, em seu artigo 4°, letra "a", estabelece que é requisito necessário para ingresso no cargo, a comprovação de escolaridade mínima de 2° grau completo ou equivalente.

Esse dispositivo tem dificultado sobremaneira o provimento destes cargos. A simbologia (9C) não corresponde a um salário que justifique tal escolaridade. Ademais, o cargo em comissão, é por definição, um cargo de confiança e, nos demais casos, inclusive nesta Casa de Leis, não há obrigatoriedade de comprovação de escolaridade para se efetuar a nomeação.

Estes são motivos suficientes, entendemos, para propormos a revogação da alínea "a", do artigo 4°, da Lei n° 10.704/94.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 299/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1° - A concessão da administração de pontes e rodovias estaduais reger-se-á pelos termos do Art. 175 da Constituição Federal, em observância ao Art. 146 da Constituição do Estado do Paraná, por esta Lei e pelo disposto nos regulamentos, edi-

tais, licitações e respectivos contratos.

Art. 2° - Para os fins desta lei, considera-se:

I - Poder Concedente: O Estado, através do órgão responsável pela administração das pontes ou das rodovias estaduais objeto da concessão;

II - Concessão de Administração de Pontes e Rodovias Estaduais: a delegação contratual, a empresa individual ou coletiva ou a consórcio de empresas, da operação e da exploração pela Concessionária, por sua conta e risco e por prazo certo, de pontes ou rodovias estaduais objeto de obra de construção, reforma, ampliação, melhoramento ou conservação, a ser executada pela Concessionária e remunerada, total ou parcialmente, pela cobrança de tarifas dos usuários.

Parágrafo Único - A extinção da concessão, ao final do prazo contratual, ou da sua prorrogação, ou por qualquer outra forma prevista nesta Lei, acarreta a reversão, sem ônus para o Poder Concedente, de todas as obras e benfeitorias executadas na vigência do contrato.

Art. 3° - As concessões estarão sujeitas a fiscalização pelo Poder Concedente com a cooperação dos usuários.

CAPÍTULO II

Da Licitação

Art. 4° - A concessão de administração de pontes e rodovias estaduais será sempre procedida de licitação, na modalidade de concorrência pública.

Art. 5° - A licitação será realizada nos termos da legislação específica e com observância dos princípios da moralidade, publicidade e igualdade de julgamento, e somente será dispensável quando a Concessionária for entidade da administração indireta do Estado do Paraná.

Art. 6° - No julgamento da licitação será levado em consideração um dos seguintes critérios:

I - O menor valor da tarifa a ser cobrada do usuário;

II - O menor prazo de concessão;

III - O menor prazo de conclusão da obra;

IV - A menor participação financeira do setor público;

V - A maior oferta no caso de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão;

VI - A combinação dos critérios referidos nos incisos anteriores.

§ 1° - A aplicação do critério previs-

to no inciso VI só será admitida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para avaliação econômico-financeira.

§ 2º - O Poder Concedente recusará propostas manifestamente inexecutáveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação.

§ 3º - Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta de empresa brasileira de capital nacional.

Art. 7º - O edital de licitação será elaborado pelo Poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos, e contera, especialmente, os limites máximos para a tarifa, para o prazo de concessão, para o prazo de conclusão das obras, e para a participação financeira do setor público.

Art. 8º - Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo Poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes especificados no edital.

CAPÍTULO III

Do Contrato de Concessão

Art. 9º - O contrato para a concessão deverá observar os termos desta lei, as normas específicas pertinentes sobre licitações e contratos, e o edital de licitação, sendo cláusulas específicas, no que couber:

I - O objeto, metas e prazo de concessão;

II - Os prazos de início de conclusão das obras;

III - A tarifa a ser cobrada dos usuários e a preservação do seu valor;

IV - A participação financeira do setor público na execução da obra;

V - A especificação de outras fontes de receita, inclusive contribuição de melhoria;

VI - A responsabilidade financeira e administrativa pelas desapropriações;

VII - A obrigação de execução das obras em total conformidade com o respectivo projeto;

VIII - O valor dos recursos a serem aplicados, a forma e condições de pagamento e as suas fontes de origens;

IX - Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade das atividades inerentes à concessão e da necessidade de ampliação, modernização e

manutenção;

X - As garantias para a adequada execução do contrato;

XI - Os direitos, garantias e obrigações do Poder Concedente e da Concessionária;

XII - Os direitos e deveres dos usuários e as formas para que estes obtenham e possam utilizar os serviços decorrentes da concessão;

XIII - A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução das obras e das atividades inerentes à concessão;

XIV - As penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a Concessionária e a sua forma de aplicação;

XV - As penalidades aplicáveis aos usuários pelo não cumprimento de obrigações legais ou regulamentares;

XVI - Os casos de extinção da concessão;

XVII - As hipóteses em que será cabível a reversão das obras e benfeitorias executadas;

XVIII - Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária na extinção do contrato;

XIX - Os critérios para a fixação de valores provisórios para a indenização, nos casos de encampação ou resgate;

XX - A constituição de provisões para eventuais depreciações;

XXI - A obrigatoriedade, forma, prazos e periodicidade da prestação de contas pelo concessionário ao Poder Concedente;

XXII - A exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas, na forma estabelecida pelo Poder Concedente;

XXIII - As condições para a prorrogação do contrato;

XXIV - Outras cláusulas peculiares ao objeto da concessão.

Art. 10 - A Concessionária, responde, independentemente de dolo ou culpa, por todos os prejuízos causados ao Poder Público, aos usuários e a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

§ 1º - É vedada a transferência da concessão e a subconcessão total ou parcial.

§ 2º - Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a Concessionária poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares.

§ 3º - As contratações feitas pela Concessionária, nos termos do disposto no parágrafo anterior, serão regidas pelo direito privado, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica entre os terceiros

CAPÍTULO IV

Da Remuneração da Concessionária e da Política Tarifária

Art. 11 - A política tarifária da concessão contemplará, obrigatoriamente, a preservação do valor da tarifa estabelecida no contrato.

Art. 12 - A tarifa, fixada em decorrência da proposta vencedora da licitação será preservada pelas regras de reajuste e revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

§ 1º - A periodicidade do reajuste será, no mínimo, mensal e o índice será o mesmo adotado pelo Estado para a correção de débitos tributários em atraso.

§ 2º - A revisão da tarifa dar-se-á por iniciativa do Poder Concedente ou por solicitação do Concessionário, sempre que constatado o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ocasionado pela:

I - Alteração dos quantitativos das obras ou serviços estabelecidos no Edital e autorizados pelo Poder Concedente;

II - Alteração do volume de tráfego, desde que previsto no Edital pelo Poder Concedente;

III - Alteração das regras tributárias incidentes sobre o contrato, excetuadas as relativas ao imposto sobre o patrimônio e a renda;

IV - Incidência, posterior à data da proposta, de novos encargos sociais;

V - Variação real acumulada, em nível superior a 10% (dez por cento), do preço dos produtos derivados do petróleo;

VI - Variação da taxa de juros internacionais no caso dos recursos investidos no projeto tenham sido captados no exterior.

§ 3º - O Edital de Licitação e o Contrato de Concessão estabelecerão as regras referentes ao reajuste tarifário, observado o disposto neste artigo.

Art. 13 - O Poder Concedente poderá prever, em favor da concessionária, no Edital de Licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a módica das tarifas.

Parágrafo Único - As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas nos estudos para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 14 - Observado o valor máximo

estabelecido no contrato, a tarifa poderá ter valores diferenciados em função:

I - Da peculiaridade do tipo de veículo;

II - Da sazonalidade do fluxo de tráfego.

Parágrafo Único - São isentos do pagamento da tarifa:

a - Veículos de transporte coletivo de passageiros em operação de linha urbana de caráter regular;

b - Ambulâncias;

c - Veículos de policiamento, quando externamente identificados;

d - Veículos de coleta e transporte de lixo.

Art. 15 - A revisão do valor da tarifa será, sempre, objeto de auditoria independente, efetuada por empresa credenciada junto ao Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO V

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 16 - Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e deveres dos usuários:

I - Receber serviço adequado;

II - Receber do Poder Público e da concessionária informações adequadas e claras, solicitadas para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - Levar ao conhecimento do Poder Público e da Concessionária as irregularidades referentes ao serviço prestado;

IV - Denunciar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pelo concessionário, na prestação do serviço;

V - Cumprir as obrigações legais ou regulamentares pertinentes à utilização do serviço, contribuindo para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

CAPÍTULO VI

Da Extinção da Concessão

Art. 17 - Extingue-se a concessão por:

I - Término do prazo;

II - Anulação;

III - Caducidade;

IV - Rescisão amigável ou judicial;

V - Encampação ou resgate;

VI - Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Art. 18 - Extinta a concessão, por qualquer motivo, retornam ao Poder Concedente os direitos e privilégios delegados, com reversão das obras e benfeitorias exe-

cutadas na vigência do contrato.

§ 1º - Na hipótese prevista neste artigo, o Poder Concedente assumirá imediatamente o serviço e poderá ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos vinculados à sua prestação.

§ 2º - O Poder Concedente procederá aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assunção do serviço, salvo na hipótese de término do prazo contratual ou de encampação, quando essas providências deverão ser adotadas com antecedência.

§ 3º - A reversão, ao término do prazo contratual, será feita sem indenização, salvo quando ocorrer a hipótese de implementação do capital ainda não amortizado, deduzida a depreciação dos bens, provenientes de seu desgaste ou de sua obsolescência.

Art. 19 - A inexecução total ou parcial do contrato acarretará a aplicação das sanções contratuais ou a declaração de caducidade, com rescisão unilateral do contrato.

Art. 20 - A caducidade poderá ser declarada, mediante processo administrativo que assegure a Concessionária o direito de defesa, nos seguintes casos:

I - Inadequação ou deficiência da Prestação do serviço, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

II - Perda ou comprometimento das condições econômicas, financeiras, técnicas ou operacionais necessárias ao desenvolvimento do contrato;

III - Descumprimento de obrigações legais, regulamentares ou contratuais;

IV - Paralisação do serviço, sem justa causa;

V - Inadimplemento de obrigações financeiras garantidas na forma dos artigos 27, 28 e 29 desta lei;

VI - A Concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações nos devidos prazos;

VII - A Concessionária não atender a intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço;

VIII - A Concessionária for condenada em sentença transitada em julgado, por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

Parágrafo Único - A caducidade, comprovada a inadimplência, será declarada por ato do Poder Concedente, independente de indenização prévia calculada no decurso do processo.

Art. 21 - Declarada a caducidade, caberá ao Poder Concedente:

I - Assumir a execução do objeto do contrato, no local e no estado em que se encontrar;

II - Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução dos serviços, necessários à sua continuidade;

III - Reter e executar a garantia contratual, para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo Poder Público;

IV - Aplicar penalidades.

§ 1º - Na hipótese prevista neste artigo, a Concessionária somente fará jus à indenização correspondente aos bens que reverterem ao Poder Concedente e cujo valor não tenha sido alcançado por depreciação ou amortização do ativo, descontado o valor dos danos causados e, quando convier, das obrigações financeiras não satisfeitas.

§ 2º - Declarada a caducidade, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações e compromissos com terceiros ou empregados da Concessionária.

Art. 22 - Encampação ou resgate é a rescisão unilateral do contrato, com a imediata retomada do serviço pelo Poder Concedente, antes do término do prazo da concessão, por motivos de interesse público ou conveniência administrativa, devidamente justificados.

Parágrafo Único - O ato de encampação é privativo do Chefe do Executivo e sua efetivação deve ser seguida de justa indenização, sendo obrigatória a antecipação de valores provisórios, nos termos estabelecidos no contrato.

Art. 23 - O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da Concessionária, mediante ação judicial específica, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de obrigações legais, regulamentares ou contratuais, respeitado o direito às indenizações.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista no "caput" deste artigo os serviços prestados pela Concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada e julgada.

Ar 24 - O término antecipado da concessão, resultante de rescisão amigável, será obrigatoriamente precedido de justificação que demonstre o interesse público do distrato, devendo o respectivo instrumento conter regras claras e pormenorizadas sobre a composição patrimonial decorrente do ajuste.

CAPÍTULO VII Da Intervenção

Art. 25 - A intervenção será cabível, em caráter excepcional, com o fim exclusivo de assegurar regularidade e adequação na execução do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

§ 1º - A intervenção far-se-á por ato motivado do Poder Concedente que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e limites da medida.

§ 2º - Terminado o período de intervenção, que não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias, o interventor proporá ao Poder Público a devolução do serviço a concessionária ou a extinção da concessão.

§ 3º - Caberá intervenção, como medida preliminar à declaração de caducidade, especialmente nos casos de inadimplemento de obrigações financeiras.

Art. 26 - Declarada a intervenção, o Poder Concedente deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado direito de ampla defesa.

§ 1º - Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares ou os princípios da Administração Pública, será declarada a sua invalidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido a Concessionária, sem prejuízo de seu direito a indenização.

§ 2º - O procedimento administrativo a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser concluído no prazo de até 90 (noventa) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior.

CAPÍTULO VIII

Das Garantias de Financiamento e de Desempenho

Art. 27 - A Concessionária poderá oferecer, mediante anuência do Poder Concedente, os créditos e as receitas a que fizer jus em razão do contrato de concessão, como garantia de financiamento obtido para investimento nos serviços correspondentes.

Art. 28 - Poderão ser estabelecidas outras garantias nos contratos de financiamento, mediante anuência do Poder Concedente, desde que não haja prejuízo à prestação de serviço e que a medida atenda à lei e aos princípios constitucionais da Administração Pública.

Art. 29 - O Edital de Licitação poderá prever a instituição de Fundo Financeiro ou de seguro-garantia de obrigação contratual, objetivando assegurar a plena execução do contrato pelas partes.

CAPÍTULO IX Disposições Finais

Art. 30 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.94.

(a) NEIVO BERALDIN

Concedo a palavra, no Grande Expediente ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ontem atentamente ouvimos o Líder do Governo, Deputado José Tavares chamar lideranças do interior, lideranças essas compostas de professores, e outros cidadãos paranaenses mais, de ingênuos.

Temos a certeza de que esse povo não é um povo ingênuo, e sim um povo que sabe o que quer, um povo que tem consciência de que o Paraná tem necessidade de mudanças. E falava ou procurava mostrar com veemência, mostrando, sem dúvida, o desespero em relação ao que se passa hoje a nível de política no Estado do Paraná, em relação ao pleito eleitoral. Dizia naquela oportunidade, Sua Excelência, de que o candidato Jaime Lerner estava se prevalecendo do abuso do poder econômico para trazê-los para conhecer em Curitiba, as obras de Jaime Lerner, com intuito de transformá-los em seus cabos eleitorais e desta forma os taxando de ingênuos.

E nós temos a fazer hoje algumas considerações a respeito do programa "O Paraná que merecemos".

É um programa oficial, meu caro Deputado Tavares, é um programa oficial da campanha da coligação Paraná Novos Caminhos, e nunca foi escondido como os "Ferrerinhas" da vida que levaram e que continuaram com o PMDB no poder, que foi feito às escondidas.

O programa é da coligação Movimento Paraná Novos Caminhos, e foi mostrado à população e à imprensa do Paraná, tanto é que Vossa Excelência teve acesso à documentação de como as coisas se fazem hoje na campanha de Jaime Lerner e da coligação Paraná Novos Caminhos.

A prática não é a mesma do PMDB que se manteve no caminho, mas chegou com muita sede ao pote, porque quando assumiu a Presidência do Brasil foi incapaz que entregou para o seu pior rival, José Sarney,

porque não teve competência de comandar este País, e tinha em sua composição a maioria dos Estados brasileiros, o que hoje não acontece. Por isso a nossa coligação vai continuar jogando limpo, aberto, vai continuar fazendo os trabalhos para mostrar ao Paraná que ainda há pessoas sérias e comprometidas com a verdade, e temos certeza de que Jaime Lerner que comanda essa grande transformação ainda vai fazer com que os nossos adversários sintam inveja da competência, sintam inveja da inteligência, sintam inveja de como as coisas acontecem de forma transparente na nossa coligação.

Assim, nada de ilegal existe no programa da coligação, ao qual foi mais criativo.

As despesas para conhecimento daqueles que talvez tenham se assombrado com os números levantados hipotética e profeticamente ditos pelo Deputado José Tavares, nós as temos todas contabilizadas na contabilidade da coligação, nada sendo escuso, como quis demonstrar ontem o Deputado José Tavares com o intuito, sem dúvida nenhuma, de procurar criar o sensacionalismo e a demagogia própria do PMDB para reverter o quadro de ascensão do candidato Jaime Lerner que, com certeza, será o Governador do Paraná.

Trazer voluntários partidários e dar-lhes orientação sobre os rumos da campanha e arregimentá-los para fiscalização não se constitui e nunca se constituirá abuso do poder econômico.

Se o outro candidato tivesse concluído as suas obras, talvez pudesse a sua coligação mostrar aos filiados de seu partido as mesmas obras, mas não pode por estarem a sua maioria, incabadas. E quando dizemos a sua maioria inacabada, temos aqui bem próximo desta Casa esta obra faraônica que representa um desrespeito ao poder e ao dinheiro do povo que é este fórum que já se fez um carnaval e que jamais se concluiu. Acho que este é um dos quadros mais tristes que se vê ao se chegar ao Centro Cívico nesta Capital.

Temos a registrar, e não somos nós que registramos, é a imprensa paranaense, algumas obras tidas como concluídas, e talvez seja isso que não leve a coligação de Vossa Excelência a mostrar ao Paraná, porque só mostra ao Paraná quem tem o que mostrar. Quem só tem o discurso, quem só tem a prática de destruir a vida dos funcionários públicos, como foi o nosso adversário que disputa a eleição para retornar ao Palácio Iguazu com certeza, vai encontrar entraves.

Porque não foi o nosso candidato na época que pediu aos juizes num desafio ao Poder Judiciário que, em vez da toga, usassem roupas de presidiário. Não foi o

nosso candidato que aplicou o maior redutor salarial na vida do funcionário público deste Estado, criando uma situação totalmente vexatória e de fome no Paraná. E o exemplo não se distancia só na prática do Poder Executivo, porque automaticamente atingiu o Poder Legislativo, que nada fez até hoje para minorar a situação dos seus funcionários.

Esta verdade precisa ser trazida ao Paraná. A realidade que está apresentando a imprensa com relação ao 30 de agosto tem que continuar sendo mostrada. Tem que se mostrar a verdade porque esta é a oportunidade de se mostrar ao Paraná a forma como o Governador Álvaro Dias tratou seus funcionários. E é lamentável quando se diz com a tentativa de enganar o funcionário público, ou voltar, ou achar que vai retornar para enganar o funcionário público, dizendo que se preocupa com a situação salarial do servidor público.

Esta farsa nós, funcionários públicos, conhecemos. Esta farsa nós, funcionários públicos vivemos. E o exemplo de 30 de agosto negado no debate da TV Globo no domingo, quando o ex-Governador Álvaro Dias dizia que sobre os professores havia se lançado apenas uma bomba, que dois ou três baderneiros da CUT estariam infiltrados e teriam sido trazidos de São Paulo para provocar o que ali se provocou, numa tentativa de enganar a opinião pública, tenho até um depoimento escrito de um magistrado do Paraná que confirma o que sofremos na pele, que confirma o sangue derramado na praça pública, tirado do servidor público e isto vamos dizer ao Paraná, custe o que custar, para mostrar que a verdade não deve ser maquiada, que a verdade não pode ser escondida. Não é a tentativa de se criar, e desta vez toda a nossa militância estará atenta a estas práticas vergonhosas, a exemplo do "Ferreirinha", estaremos atentos para coibi-las, onde quer que seja.

Por isto ontem, quando protestamos pelo fato de sermos impedidos pela direção da Casa quando coloca de forma arbitrária o Horário da Liderança como preferência de última falação, fomos impedidos de mostrar algumas verdades que o Paraná precisa conhecer. E não é tentar, por um trabalho limpo, honesto e que antes do PMDB, PP, se preocupar em levar à justiça, ao fazer estes programas, de trazer lideranças do Interior, a nossa coligação já se preocupou em consultar a Justiça Eleitoral, a Polícia Federal e a Receita Federal.

Por isto, aquelas denúncias demagógicas levantadas ontem com a tentativa de criar o sensacionalismo, porque o povo do Paraná pede a mudança e esta mudança vai acontecer na eleição de Jaime Lerner ao Governo do Paraná, com certeza não servirá

para mexer com a sensibilidade do povo que quer as mudanças.

Este magistrado encaminha esta carta que vamos ler ao Plenário:

(Lê):

"Quando a lenda é mais importante que o fato, imprima-se a lenda".

John Ford

Complementando a Professora Isolde Andreatta:

Álvaro "La Fendessa" Dias, sobre o "Pogrom do Centro Cívico, contra os professores", em 30/08/88, maximizou o Apóstolo Pedro e mentiu por seis vezes, numa só intervenção, no recente debate televisivo:

Dou meu depoimento pessoal, sob as penas de lei, como Oficial, Magistrado aposentado, anarquista e cavalheiro:

1 - O IPM das bombas, relatado pelo insuspeito Cel. Adauto Kaiut, mencionou e provou os efeitos lesivos das bombas de efeito moral, e atestou que a Cavalaria foi usada repressivamente e não apenas dissuasoriamente (as imagens de TV, da época, valem mais que mil palavras);

2 - A denúncia do Promotor Dr. Ernani Souza Cubas Júnior, cuja cópia remetida por seu intermédio deve se encontrar em seus alfarrábios jornalísticos, relaciona 18 (dezoito) vítimas, entre os professores, com lesões corporais em decorrência da ação policial, uma das quais, Professora Nelzi Fritzen, com lesões de natureza grave, que a incapacitaram para as ocupações de magistério e causaram-lhe lesões anatômicas irreversíveis;

3 - Jamais foi trazido a público qualquer relatório ou Nota Oficial em que se comprovasse a participação de 1, 2, 3, 4, 5 ou mais "agitadores sindicais importados, pela CUT, de São Paulo" ou alhures, na passeata;

4 - O Governador, à ocasião dos fatos, encontrava-se presente em Palácio, e uma Comissão de Professores grevistas encontrava-se, no andar térreo, aguardando audiência com o mesmo. Podem atestá-lo a Professora Isolde, o então Secretário de Educação, Prof. Belmiro Castor, o então Chefe da Casa Civil, Dr. Wagner Brussolo Pacheco, o Chefe da Casa Militar e o então Secretário de Segurança, Dr. Antonio Lopes de Noronha, que no momento em que os fatos se precipitaram, dava entrevistas à emissoras de TV, dizendo que "a situação estava sob controle" (existem imagens comprobatórias disso); o signatário chegou a estar no interior do Palácio, no 4º andar, tentando intermediar a audiência do Governador com os professores.

5 - Não foi apenas "um policial despreparado" que fez uso das bombas de efeito moral: Nos autos de processo criminal

constam 5 (cinco) integrantes da PMPR denunciados pela prática, inclusive dois Oficiais (Tenentes).

A esse respeito, é magisterial o depoimento do Chefe do dispositivo militar, o então Ten. Cel. Eugênio Semmer: "Os Policiais tiveram que recorrer às bombas, ante a iminência de rompimento do cordão de isolamento que cercava o Palácio... É um procedimento comum em controle de tumultos... A ordem de ação para dissolver a manifestação partiu do Governador, diretamente" (consta dos autos de IPM, que é um processo de ação pública, e que foi iniciado por uma petição por mim, signatário, firmada, encontrando-se nos arquivos da Auditoria de Justiça Militar Estadual).

6 - Os policiais denunciados por decorrência do "IPM das Bombas", embora sendo todos réus confessos, foram absolvidos pelo Conselho Especial de Justiça, integrado por um Juiz Auditor, Oficial da Reserva da PMPR, e cinco Oficiais da Polícia Militar, a dita "justiça castrense", sob o fundamento do "Princípio da Obediência Devida" (estrito cumprimento do dever legal)". Pela Constituição Estadual é legislação pertinente às PMs, o Governador do Estado é o comandante em chefe da força policial estadual, e "senhor da guerra" em matéria de segurança. Vale dizer: tudo o que ocorreu, deve ser debitado à conta do Governador, que era o Senhor Álvaro Dias, que não pode, jamais, pretender eximir-se da responsabilidade histórica.

Por ser verdade, dou fé.

Data supra.

(a) ELISIO E. MARQUES
OAB/PR 4682"

Estas são partes da verdade dos fatos e, com certeza, no transcurso, nós iremos continuar mostrando a verdade sobre o Paraná que deu certo no Brasil, com certeza, apenas na propaganda televisiva. Por outro lado, abuso de poder econômico existe no lado de lá, na coligação PP-PMDB, como os casos já denunciados na Justiça Eleitoral e cujas provas estão em nossas mãos. Cujas provas estão na Justiça Eleitoral, para se dar uma resposta, para que se evite os "Ferreirinhas" da vida e para que a sede de poder dê continuidade no PMDB-PP.

Um desses casos foi a carreta em Londrina em 29 de julho passado. Na carreta do Senhor Álvaro Dias, em Londrina, foram flagrados vários automóveis de prefeituras municipais do PMDB, conforme ficou demonstrado pelas fotos que compõem a denúncia na Justiça Eleitoral. Veja-se que o Senhor Governador Álvaro Dias, em depoimento posterior, admitiu o uso destes veículos, alegando que os prefeitos podem usar seus carros oficiais para fins administrativos.

Caso semelhante aconteceu quando da cassação do Governador Roberto Requião. Fez-se o maior carnaval em frente ao Palácio Iguazu às custas de quem? Até hoje o povo do Paraná não teve uma prestação de contas desses abusos. Quem pagou as viagens do ex-Governador Roberto Requião ao Brasil quando ainda era Governador do Estado? Essas verdades precisam se trazer à tona, para se mostrar que, de fato, se quer a transparência, se quer a verdade.

Dizer que é conhecedor da lei e se esquivar no caso "Ferreirinha", é, também, uma falsa afirmativa.

O caso do Restaurante Madalozzo. Outro caso foi o pagamento do jantar de lançamento da candidatura de Álvaro Dias no Restaurante Madalozzo com recursos públicos de prefeituras municipais e da Secretaria de Estado da Agricultura, conforme comprovam as notas fiscais anexadas ao processo na Justiça Eleitoral. Outro caso que merece resposta e já foi denunciado pela Imprensa do Paraná, é o caso COPEL. Tem-se também o uso da COPEL e seu Sistema chamado "Conect", para mensagens de seu Presidente - João Carlos Caiscaes, em favor da candidatura de Álvaro Dias. E isto está nos jornais, e isto o PMDB não desmentiu. Assim como não desmentiu o uso da máquina da Secretaria da Educação, onde determinados núcleos se transformaram em comitês de campanha, e esta resposta o Paraná não está tendo.

Um outro fato é a questão FUNDEPAR, ou ainda o abuso do Presidente da FUNDEPAR, o Senhor Elerian do Rocio Zanetti, que usando dinheiro público fez entrega de televisão e vídeo em verdadeira campanha na Câmara Municipal de Campina Grande do Sul.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não podemos concordar, e a coligação "Paraná Novos Caminhos" estará fazendo um jogo limpo com o Paraná, estará apresentando aos órgãos competentes a comprovação do transcurso da sua campanha e como as coisas ali estão acontecendo.

Nós não podemos admitir em hipótese alguma que por ostentar um cargo passageiro de Deputado Estadual, qualquer Parlamentar venha de forma inescrupulosa chamar o povo do Paraná, chamar lideranças do Paraná de ingênuos, porque está muito bem dito em dicionários que ingênuos são pessoas naturais e simples sem dúvida, são filhos de escravas após a lei da emancipação; e o programa "Paraná Novos Caminhos" não está trazendo a Curitiba nenhum ingênuo, está trazendo lideranças, que ao retornarem às suas regiões, vendo a capacidade de administrar de Jaime Lerner, têm voltado impressionadas com o que aqui se realiza. Esqueceu-se e está se esquecendo de dizer a verdade os nossos adversários, esqueceram de dizer ao Paraná que o pro-

grama "compra do lixo" criado pela Prefeitura de Curitiba na gestão Jaime Lerner ganhou o prêmio internacional da ONU, e que o Jaime Lerner dividiu isso com as Associações de Moradores de Bairros. Esqueceu-se na verdade, porque tem Jaime Lerner o prestígio a nível internacional pelo reconhecimento da sua capacidade de fazer com que as coisas aconteçam.

Este foi o único prêmio recebido pelo Brasil, o único prêmio a nível de Oscar, este prêmio da ONU pelo reconhecimento desse trabalho. Isso precisa ser dito ao Paraná, e não leviedades com a tentativa de desviar o transcurso da campanha, com a tentativa de procurar mudar os rumos e a consciência daqueles que estão optando para que Jaime Lerner seja de fato o Governador das mudanças do Paraná. Estão se esquecendo de dizer sobre os projetos PIA que tem tirado grande número de crianças das ruas, os Centros de Educação Integral.

Procuram mostrar o outro lado e se esquecem de que o lado do esgoto e o lado da água não pertencem à Prefeitura de Curitiba; procuram massagear, procuram escamotear a verdade porque a certeza nós teremos e muito para mostrar ao Paraná, a capacidade que tem de fazer as coisas acontecer, de Jaime Lerner. Mostraremos ao Paraná que não foi a gestão de Jaime Lerner que criou o pior massacre de vida do funcionário público, teremos como provar ao Paraná o exemplo de como as coisas acontecem a nível de educação porque o Jaime deu exemplo de como se faz educação e de como se trata os educadores. E com certeza esta história mudará na hora em que Jaime assumir o Governo do Estado, e quem está querendo, nesta oportunidade é o povo do nosso Estado.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado? Quero cumprimentá-lo pelos esclarecimentos que faz, dizer-lhe que, na realidade, mostra a nossa tranquilidade com aquilo que estamos fazendo, em relação à campanha do nosso candidato Jaime Lerner, futuro Governador do Paraná.

Dizer também que na semana que vem nós traremos a esta Casa uma série de denúncias contra a SANEPAR, por exemplo, cuja diretoria está trabalhando, toda ela, em prol da candidatura do ex-Presidente da SANEPAR; contra a COPEL, cujo Presidente faz campanha direto dentro da própria entidade. E outras denúncias chegaram às nossas mãos para desmascarmos também esta situação que vem se colocando o atual candidato a Governador, pelo lado de lá. As coisas começam a se esclarecer, há um descontentamento geral dos servidores públicos, de vários setores do Estado e que, certamente, vão demonstrar este descontentamento nas urnas, no próximo dia 03

de outubro.

Quero cumprimentá-lo pela sua tranquilidade, pela maneira com que V.Exa. fez as colocações, relembando os fatos, os episódios, que marcaram tristemente aquela violência contra os professores e que nós também fomos testemunhas, nós também derramamos o sangue nesta praça pública, quando atingidos fomos por aquelas bombas, certamente isso nós vamos lembrar também no próximo dia 03.

Agradeço, Deputado Paulo Maia, e parabéns.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço o aparte de V.Exa. e encerro o nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Edson Lino.

O SR. EDSON LINO - Senhor Presidente, o que me traz à tribuna é para falar sobre um assunto que eu julgo gravíssimo e que está acontecendo na região dos Campos Gerais aonde eu tenho também a minha representatividade. As quadrilhas organizadas para o roubo de bois se tornaram uma constante, principalmente no Município de Ortigueira. Ali as pessoas são assassinadas, gado é levado toda semana. Os ladrões, ousados, entram nas propriedades, amarram o capataz, quando não o matam, e levam o gado.

Pequenos proprietários se organizando, se armando para poder enfrentar as quadrilhas organizadas.

Eu quero aqui, através da tribuna, e gostaria que o Senhor Presidente oficiasse ao Senhor Secretário de Segurança Pública, para que providências fossem tomadas. Nós vivemos em pleno século vinte, e não podemos admitir, em hipótese alguma, que os colonos tenham que se armar para defender as suas propriedades.

Há pouco tempo atrás, nós pudemos assistir, lá no Município de Ortigueira, quando um ladrão de gado foi numa propriedade e laçou uma vaca, na calada da noite, e quando estava levando a vaca, o colono deu um tiro de 12 no ladrão e a vaca ficou com a ponta da corda no pescoço e a outra ponta nas mãos do ladrão.

Fatos como estes não podem ocorrer, é preciso que a Justiça acorde! E lá em Ortigueira, um município enorme de mais de 70.000 alqueires de terra não tem um delegado de carreira, não tem um policial civil, a cidade não tem juiz e não tem promotor e a população fica à mercê da sorte, sem a mínima segurança possível.

Tenho feito denúncia na cidade tenho sido ameaçado, tenho recebido inúmeros telefonemas de ameaças de morte porque es-

tou denunciando os ladrões de boi.

Isso não precisava, que o Deputado tivesse que se expor em defesa da população que está sendo agredida, isso é obrigação da Polícia civil e militar, trocar o policiamento da cidade, colocar um delegado especial para levantar os roubos, colocar na cadeia os ladrões, e um delegado de carreira constante lá em Ortigueira, afinal de contas é sede de comarca. Inúmeros delegados fizeram concurso, inúmeros delegados ocupam cargo administrativo na Capital do Estado, e bem na verdade a maioria não quer amassar o barro e nem cheirar a poeira, portanto preferem ficar na cidade e as nossas comarcas ficam descobertas.

Portanto, Senhor Presidente, queria deixar registrado que estou sendo ameaçado de morte no município de Ortigueira por quadrilhas organizadas.

O SR. JOSÉ TAVARES - Apenas para informar V.Exa., tranquilizar V.Exa. e informar à Casa, que o Governador Mário Pereira acaba de nomear mais alguns novos delegados aprovados em concurso público, e com essa nomeação ocorrida há pouco mais de 10 dias o Paraná, pela primeira vez na sua história, vai ficar com todas as sedes de comarca, como determina a Constituição, preenchidas com delegados de carreira, inclusive a Comarca de Ortigueira.

O SR. EDSON SILVA LINO - Obrigado. Fico satisfeito, você me tranquiliza, vou levar essa informação aos munícipes de Ortigueira para tranquilidade da população que lá vive, e espero que não chegue tarde demais, que mais vidas sejam ceifadas. Eu já tenho denunciado verbalmente para os órgãos competentes e resolvi usar a tribuna para que se torne público e notório, a partir de hoje, que estou sendo ameaçado de morte do quadrilheiro, estou fazendo enfrentamento a eles, e precisa urgentemente que se designe delegados especiais com policiais civis para levantar e colocar os culpados na cadeia, e que também tenha lá um delegado de carreira. E também oficieei ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público para que mandem Juiz de Direito para a Comarca e Promotor Público, porque não é possível a população ficar sem esse aparato que é o mínimo para dar segurança a ela.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Continua o Horário das Lideranças.

PT. Com a palavra do Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Assembléia já teve conhecimento em diversas ocasiões sobre a

Curitiba, quarta, em 17.08.94

situação de violência que se abate sobre os posseiros de Pinhão. Através da Comissão Especial a Assembléia Legislativa esteve no ano retrasado naquele município e constatou que a Madeireira Zatta implantou um processo de terror e violência contra posseiros que muitos deles viviam com suas famílias, em posses até centenárias. Esses posseiros tinham suas terras griladas, casas queimadas, perseguidos por pistoleiros, forçados a assinar documentos renunciando o direito de posse sob suas terras, enfim, uma série de violências. A Assembléia Legislativa através da Comissão sugeriu uma intervenção dura, firme do Estado no sentido de reestabelecer a ordem e proteger os mais fracos, mais humildes que estavam sendo atacados, aterrorizados naquele município. Porém, agora, ao que tudo indica, as coisas passaram do limite. A Madeireira Zatta recentemente contratou cerca de 500 pistoleiros que uniformizados fazem se passar por uma espécie de guardas florestais, e que a pretexto de combater roubo de madeira tem aterrorizado os moradores daquela região. Quarenta homens, várias viaturas com o logotipo da empresa e até um helicóptero tem sido utilizado para aterrorizar aquela população. Nem mesmo a presença do futuro presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, num dos faxinais, o Faxina dos Taquaras, tentando chamar a atenção pública nacional e internacional para o problema, sensibilizou as autoridades do Governo Federal encarregadas da Reforma Agrária e, muito menos, sensibilizou o Governo do Estado do Paraná que é encarregado da segurança pública.

Senhores Deputados, no dia 28 de julho deste ano ocorreu um fato que nós consideramos ser o limite da tolerância do Estado para com a Madeireira Zatta. Enquanto o pai e a mãe, trabalhadores rurais, estavam na roça, aparentemente é o que tudo indica, funcionários da Madeireira Zatta atearam fogo num dos ranchos desta família. Só que dentro desta casa dormia uma menina de dois anos e meio, chamada Janaína Domingues de Freitas, que morreu carbonizada.

Vejam os Senhores uma criança, de dois anos e meio, queimada viva dentro do barraco enquanto os seus pais estavam trabalhando na roça.

As ameaças, perseguições se estendem a lideranças dos posseiros, ao padre local. E nós lembramos que, quando estávamos lá com a comissão da Assembléia, até o promotor de justiça se sentia ameaçado e inseguro.

É por isso que eu quero aqui desta tribuna registrar o nosso protesto veemente contra a omissão do Estado do Paraná que, depois deste fato, limitou-se a enviar dez policiais militares que fizeram uma operação-padrão, não desmontaram a mi-

lícia particular, deixaram as coisas exatamente como estão. E certamente a impunidade contra mais este crime, servirá de estímulo para que outros crimes, talvez muito mais perversos e brutais, venham a ocorrer.

É lamentável que o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança, e mesmo do Governo do Estado, permita que o Município de Pinhão a lei seja ditada pelo proprietário de uma madeireira que vem grilando e matando pessoas e crianças inocentes carbonizadas.

Eu quero desta tribuna gritar bem alto e exigir justiça e um basta em nome daquelas famílias aterrorizadas que não têm voz para exigir do Estado as providências.

Este Estado que se mostrou eficiente para atacar sem-terras, para perseguir, para executar lideranças de sem-terras, que movimenta aparatos policiais gigantes para proteger patrimônio dos poderosos e dos fazendeiros neste Estado, mas que é incapaz de proteger a vida de crianças inocentes.

Quero aqui desta tribuna exigir que o Governador Mário Pereira tome uma atitude séria, drástica no sentido de enviar o aparato policial que for necessário para o Município de Pinhão para desmanchar aquela milícia particular que tem ditado as leis naquele município. Que tenha a coragem o Governo do Estado de promover um processo judicial para discriminar aquelas terras daquela madeireira e, principalmente, colocar atrás das grades o todo-poderoso que, com sua mão maligna, tem comandado o terror e a violência contra aquela população.

Quero registrar aqui este protesto em nome daquelas famílias. Que fique registrado que doravante a omissão do Governo do Estado entendemos será uma atitude de cumplicidade contra os graves fatos que têm ocorrido em Pinhão.

O Sr. Dr. Rosinha - V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

A Secretaria de Segurança Pública que não tem capacidade de punir os assassinos, consegue agora fazer o despejo dos trabalhadores sem-terras que estão acampados na beira de uma estrada em Paranapoema. Para isto existe força policial. Inclusive estes trabalhadores não estão ocupando nenhuma terra particular, estão à beira da estrada. Quando o Tribunal de Justiça conseguiu a expulsão destes trabalhadores de lá, a Secretaria de Segurança Pública já aprovou, já designou para esta semana o despejo destes trabalhadores que estão na beira de uma estrada. Para isto ela tem capacidade e condição, mas para ir lá prender o Sr. Zattar e outros fazendeiros assassinos de nosso Estado, eles não fa-

zem.

O SR. ERNANI PUDELL - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças consulto a Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há meses quando o Paraná ainda não dispunha de uma definição em termos de nomes que iriam disputar o cargo de Governador do Paraná, o programa "Curitiba quer te ver" já existia mostrando as realizações daquela pessoa que não foi uma, que não foi duas, mas que foi três vezes Prefeito desta belíssima capital do Paraná, uma das mais belas cidades, uma das mais organizadas cidades deste País e exemplo a muitos países do nosso Universo, tendo à frente uma pessoa que até aquele instante não era candidato a cargo algum. As suas obras eram mostradas não a pessoas ingênuas, como aqui foi testemunhado e falado por um Deputado colega nosso. Não foram pessoas menos avisadas que aqui vieram conhecer de perto aquilo que realmente foi construído e não estampado em fotos e distribuído neste Paraná todo.

Aqui vieram líderes comunitários de todos os segmentos, de todos os partidos, de toda a comunidade paranaense para testemunhar que realmente aquilo que viam na televisão, aquilo que ouviam no rádio, existia de fato e de direito.

Aí está o melhor transporte de massa do Brasil. Aí se encontram as obras não somente de um visual que não pode ser comparado com outros administradores, mas aqui se encontra fecundado com trabalho, com honestidade, com dignidade, o exemplo a ser seguido por esta Nação daquilo que é mais caro a todos nós que é a criança. Foi a criança que estampou a este Paraná, foi a criança que deu a este País e a este mundo, o nome de Jaime Lerner, um homem que transformou a família curitibana dando exemplo agora, quando o honesto Mário Pereira tem a hombridade de vir dizer o número de mortalidade infantil de nosso Estado. E temos a satisfação de dizer que aonde o PDT passou, aonde a capacidade administrou, o índice é menos da metade da mortalidade infantil de nosso Estado que é Curitiba.

Cuidando da família, cuidando da criança, mostrando ao Paraná que é possível um Governador fazer realmente que este Estado não seja somente o maior produtor de grão, que nós realmente ficamos até orgulhosos, que o Paraná não seja só o Brasil que deu certo, que todos sabemos que é

verdade, mas nós queremos um Governador que diga que é um produtor de grão dos maiores, que é o orgulho desta Nação, porque está dando certo, mas que é um Paraná humano, familiar! É um Paraná aonde a família, desde quando a mãe possui no seu ventre o seu filho ela é alimentada, ela é medicada, ela é assistida. E depois do nascimento, com a natureza que Deus lhe concede esta criança ter a sua infância, adolescência, juventude encaminhada através de uma profissão a ser escolhida.

Nós estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dizer que até enquanto Jaime Lerner não era candidato a Governador o Paraná inteiro e até hoje a situação, que amanhã haverá de ser Oposição nessa Casa, aplaudida, porque vieram inúmeros companheiros do PMDB, do PP, do PDT, do PT, de todos os Partidos visitar as obras de Jaime Lerner, aqui na capital. E vem a definição política, saiu Jaime Lerner candidato, saíram os outros candidatos, e o que é que aconteceu? Enquanto estavam distanciados, e se achavam realmente vencedores, até no 1º turno, quando se achavam bem à frente nas pesquisas nada de denúncia! Nada de tentar desviar a atenção da família do Paraná, a este ou aquele fato, tentando tirar realmente qual seria o caminho certo a ser seguido. Agora, com a campanha se desenvolvendo, com o Paraná sabendo escolher, com o Paraná sabendo que Novos Caminhos é o melhor para suas famílias, o que é que nós testemunhamos aqui, Srs. Deputados? Testemunhamos que os da Situação de mais de 8 anos, vendo que a vaca vai para o brejo, que a barca está afundando que as pesquisas estão sumindo e que a igualdade está chegando, que já não têm mais fôlego, que já não pega mais a promessa, que já não têm realmente aquilo a ser mostrado, a não ser a verdade que se posta ao nosso lado, o que é que acontece? Respeitamos, porque se eu estivesse do lado de lá, meu nobre líder, caro Deputado Paulo Maia, eu acho que faria a mesma coisa! Se alguém estivesse chegando atrás de mim, e meu cavalo não tivesse mais fôlego, o meu cavalo realmente nem suando ele tivesse fôlego para avançar, e chegando, eu ia fazer exatamente o que eles estão fazendo!

Eu acho, Sr. Presidente e Srs. Deputados que o nobre Deputado José Tavares está no papel dele, porque eu também faria o mesmo, está realmente demonstrando ao Paraná que é inteligente.

Mas tenha certeza, nobre Deputado, quero eu, nobre Deputado, no dia de amanhã, quando continuaremos nesta mesma tribuna, se o povo do Paraná e se Deus permitir, quero ter a felicidade de realmente vir a tribuna defender o meu Governador, com as obras que ele vai construir e não

com os defeitos dos outros candidatos e procurando desfazer através daquilo que realmente nós não possuímos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo mais oradores para o Horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto n.ºs. 078/93, aposto ao Projeto de Lei n.º 244/93; 047/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 218/92; 048/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 057/94 e 052/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 341/93, itens n.ºs. 01, 02, 03 e 04, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 214/94, constante na Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n.º 011/94, constante na Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n.º 001/92, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Lei n.º 277/94. **Retirado pelo autor.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, solicitando preferência de discussão e vota-

ção, acima aprovado:

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 214/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 050/94, que altera dispositivos da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura de organização da coordenação da receita do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL E EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2.ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Solicito ao 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados:

(Chamada nominal)

Vinte e oito (28) Srs. Deputados responderam à chamada.

Há quórum para deliberação.

Dentro ainda da ordem de preferência,

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 011/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a população decida sobre a criação do Município de Witmarsum do Purunã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n.º 56, de 11.05.94.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 011/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Resolução n.º 011/94, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a população decida sobre a criação do Município de Witmarsum do Purunã.

Da análise do referido projeto, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 24.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, então V.Exa. considera aprovado o item 5.º?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Já estava aprovado anteriormente Nobre Deputado.

... Autoria realização de plebiscito

no Município de Palmeira e Balsa Nova. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Agora serão votados os vetos na forma conjunta, global, a forma que foi votada pelos Senhores Parlamentares. Solicito então ao Nobre Deputado Anibal Khury a chamada dos Senhores Parlamentares para a votação dos vetos.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 078/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 244/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade. Com RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 047/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 218/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias de Polícia do Estado, para prestar atendimento aos acusados, às vítimas e seus familiares, conforme específica. Com RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 048/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 057/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/94, que objetiva a integração do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina ao Quadro de Oficiais Policiais Militares e das Praças PM Femininas à qualificação Policial Militar, alterando conforme específica, os dispositivos legais que menciona. Com RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 052/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 341/93, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que dispõe sobre o acesso dos filhos dos produtores rurais ao crédito na Instituição Financeira Estadual para custeio dos seus estudos. Com RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

O Senhor Deputado Luiz Carlos Martins solicita verificação de quórum para prosseguimento da Sessão.

Solicito ao Deputado Anibal Khury a

chamada nominal dos Senhores Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - 19 Senhores Deputados responderam à chamada, não há quórum para Votação.

Sobre a Mesa, Requerimentos nºs 1997, 1998 e 1999, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 078/93; 047, 048 e 052/94.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 210, 238, 242, 265 e 266/94.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 138, 186, 202, 208 e 215/94.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/92.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/94.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/94.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 267 e 277/94.

e do Projeto de Resolução nº 021/94.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa
Ata da 20ª Reunião Ordinária

Aos nove dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: José Arthur Ritti, Ernani Pudell, Plauto Miró Guimarães, João Iensen, Nelson Garcia, Namir Piacentini e Paulo Maia. Haven-

do número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião e não havendo expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 021/94, do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 266/94 do Deputado Severino Félix. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 238/94 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 242/94 do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 5) Proposição - Veto n° 061/94 do Poder Executivo que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 123/94 - Mensagem n° 34/94. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 214/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões na forma do Substitutivo em anexo - APROVADO; 7) Proposição - Veto n° 055/94

do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 044/94, do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 265/94 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 210/94 do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 10) Proposição - Veto n° 053/94 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 185/94 do Deputado José Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Puddell - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 213/94 do Poder Executivo. Concedido vistas aos Deputados Paulo Maia e João Iensen. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária

Assinaturas ilegíveis